

DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO JOSÉ ISAAC PILATI NA CADEIRA Nº 14 DA ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS, CASA JOSÉ BOITEUX, 31 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 19 HORAS.

Excelentíssimo senhor Presidente da Academia Catarinense de Letras, acadêmico Salomão Antônio Ribas Júnior; Excelentíssimo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Professor Doutor Augusto César Zeferino; Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Professor Doutor Ubaldo Cesar Balthazar; Magnífico Reitor da Unesco, Professor Doutor Aristides Cimadon; Excelentíssimo Senhor Marcondes Marchetti, Presidente do Conselho Estadual de Cultura; Excelentíssimos confrades da Academia Catarinense de Letras Jurídicas – ACALEJ e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, nobres Acadêmicos que abrilhantam esta Casa as nossas Letras, familiares, amigos,

Senhoras e senhores,

É um sentimento comum no amor e nas grandes conquistas a sensação de não ser digno e merecedor. Mas é assim que me sinto ao entrar nesta majestosa e centenária instituição, senhor Presidente, cujo ilustre colegiado me elegeu, e hoje me acolhe, me saúda e me ilumina. Muito obrigado. Amor verdadeiro é o de vida inteira, confirmado na dificuldade e na luta diária como este que nutro por minha mulher Irlete, aqui presente, a quem eu tudo devo; três filhas, dois genros e o netinho Heitor, que aqui está e me fita com olhos de *Ultima Thule*, aquele lugar nas Geórgicas de Virgílio (1.30)ⁱ onde terminava o mundo conhecido e começava outro futuro, no devir.

Com estas palavras afianço que já disse o essencial, nobres acadêmicos. E passo a cumprir a exigência protocolar de resumir minha história, homenagear meu Patrono Gustavo de Lacerda, e honrar o Fundador desta Cadeira 14, o meu antecessor Carlos Alberto Silveira Lenzi – no que serei breve e respeitoso com a tolerância de tão seleta plateia.

Eu venho, Senhor Presidente, com o espírito de quem aprende; chego para somar, e ao demais, compartilhar em

literatura a inquietude do nosso tempo. Na convivência e na obra serei discreto, disponível e sempre atento à causa da humanidade.

O coração humano é o grande mistério, digo assim ao abrir as portas de mim; ele nasce fora e antes da pessoa, instala-se no peito, voa nas ideias e dói no meio de nós como um Jesus a padecer. Ele é um passado que não sabemos e um devir sem script. Entre o bem, o mal e o risco, ei-lo no campo da literatura, da filosofia e das ciências, cada uma com sua face no grande enigma do real, cujo todo, nós não abarcamos. O coração mente, ou nos ilude por complacência, assim como a arte, que imita a vida?

Amada Academia! Acredito ter chegado ao mundo, assim coração prematuro, assim fugaz e antecipado, em maio de 1910; quando meus avós maternos Emília e João Sperry saíam da festa de núpcias, e pelas ruas desertas e o aroma telúrico da cidadezinha gaúcha de Nonoai, caminhavam para a nova vida em sua casinha. Mais exatamente, a hora em que pararam abraçados e contemplaram no céu o majestoso brilho do Cometa de Halley.

Como era formoso e cruel naquela hora aquele arauto de luz, testemunha da nossa transitoriedade. Quando ele retornou setenta e seis anos depois, em 1986, estava mais longínquo e os meus avós já muito além, nos afélios do nada. Como diz Heráclito, tudo fluíra, e a ancestralidade, agora, esmagava-me os ombros. Exatamente como neste momento de emoção me oprime a consciência dos deveres acadêmicos.

Nasci em outubro de 1948 na maternidade de Passo Fundo; vivi os primeiros três anos no sítio dos avós na localidade de São Roque, interior de Nonoai, com os pais João e Cenira e as duas irmãs mais novas, Maria de Lourdes e Eloá. Em 21 de novembro de 1951, a família iria de mudança para a nascente cidade de Maravilha, no Oeste de Santa Catarina; Maria de Lourdes de dois anos foi deixada com eles, os avós, numa tentativa de lhes mitigar a saudade. Foi um erro funesto, mas enfim, como disse Rilkeⁱⁱ, é o *nome* do crime que destrói uma vida, e não a ação, propriamente, esta que se pratica à luz da necessidade.

De qualquer modo, meu coração ficou em Nonoai – aliás, até hoje. Naquele aroma noturno dos campos nativos, à luz do cometa de Halley e do amor avito de pai para filho desde 1910. No dizer de García Lorca: *Aquellos ojos míos de mil novecientos diez*. O lajeado Tigre, o olho d'água do sítio, o rio Uruguai coalhado de balsas, e aquela dor bimotora de planar sobre dois amores entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em Maravilha, tudo era recente; quem não era alemão era italiano. Em pouco tempo a póvoa virou distrito, município e comarca. Fui alfabetizado na primeira escolinha da colonizadora Cia Territorial Sul Brasil; éramos tantos que o lugar passou a ser conhecido como *Cidade das Crianças*. Ali vivi dos três aos doze anos. Dois fatos da época orientaram-me na direção desta tribuna e deste grandioso momento.

Um dia a professora de português, Irmã Zenaide, separou meu caderno e elogiou com entusiasmo a minha redação. Todos me olharam de abrupto como um sopro de Deus em barro de Adão. Foi ali meu nascimento no coletivo. Em seguida, nas férias em Nonoai, meu boletim e o primeiro de lugar na escola

conquistaram a admiração da parentela reunida. Falaram que era um desperdício eu permanecer em Maravilha, e aquele fato foi decisivo para minha autoconfiança.

Em 1960, os padres redentoristas foram pregar missões no Extremo Oeste catarinense. Em 1º de fevereiro de 1961 ingressei no Seminário Redentorista do Menino Jesus, hoje Instituto Menino Deus, em Passo Fundo. O ônibus saiu às quatro da manhã e chegou à tardinha. Outra vez eu recomeçava a vida em ruptura, dor e saudade. Levantava às 5h30m, em rigorosa disciplina, orações, estudos, esporte, o latim, o teatro, Machado de Assis e João Cabral de Melo Neto.

Ali servi a Labão durante sete anos, ao abrigo da crueza do mundo. Mas em dezembro de 1968, quando o padre Provincial João Werner perguntou-me se estava pronto para o próximo passo, o seminário maior, o meu velho coração do cometa de Halley, o ditador insaciável de orbitar o desconhecido, obrigou-me a dizer ao padre que não queria prosseguir na congregação.

E assim, aos 19 anos, latino-americano e sem dinheiro no bolso eu viajei para Curitiba e prestei vestibular para o Curso de Direito na Universidade Federal do Paraná. Foram dois meses duríssimos entre o estudo, o certame e o resultado. Nos domingos ia até a rodoviária ver os ônibus partirem, tamanha era a saudade e a solidão. O conterrâneo de Maravilha Ermeto Cembranel, também ex-seminarista e vestibulando, forneceu-me apostilas, estudamos juntos, e meu tio militar Raul Sperry, por outro lado, não me deixou passar fome.

Aprovado, iniciei nova vida – outra vez. No primeiro dia, o professor Nicolau dos Santos, ex-reitor da UFPR (1964-1967),

começou a aula dizendo que o brasileiro era inculto, não lia, não conhecia a língua; por exemplo, acrescentou, a palavra *avuncular*, ninguém sabe o significado. Levantei a mão, no ímpeto, e ele surpreendido parou para olhar-me. Vem do latim, *avunculus*, professor, e refere-se a tio. A sala veio abaixo em aplauso e assim, sem dinheiro e sem parentes importantes, ganhei o respeito dos colegas, e sustentei-me no curso a preparar apostilas das matérias para a sala, mais de cem alunos.

Os amigos de faculdade e de pensão ensinaram-me tanto da vida quanto os professores, no Direito. Antes do início das aulas, o Centro Acadêmico Hugo Simas levou-nos, calouros, a assistir ao julgamento de estudantes veteranos pela justiça militar, na Praça Rui Barbosa. Condenados todos, eles permaneceram na penitenciária ao longo do meu curso.

A imagem que eu tinha do país, naqueles anos duros e ameaçadores, num curso dogmático, frio e vigiado, era de uma casa mal-assombrada, onde criavam fantasmas como se criam galinhas de alhures almoços. Éramos casa, capataz, pátio e medo, faltava o país.

Formado em 1973, fui advogar tendo como colega e mestre experiente Paschoal Apóstolo Pítsica, marido da minha irmã Eloá. Na estreita convivência, acompanhei o ingresso de Paschoal na Cadeira 25 desta Academia, e quando ele assumiu a presidência por longos anos, acompanhei de perto as lidas acadêmicas desta casa. Tenho na lembrança, inclusive, o dia em que foi adquirida e instalada, então no Centro Integrado de Cultura – CIC, esta tribuna ornada em que falo agora.

Nos anos oitenta prestei concurso para advogado do Departamento Autônomo de Saúde Pública – DSP, onde fiquei 10 anos; fiz Especialização em saúde pública, e em Administração pública; na sequência, Mestrado e Doutorado em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina.

Pude assim realizar meu sonho de menino em Maravilha: ser Professor da UFSC. Concursado, assumi as disciplinas de Direito das Coisas e Direito Romano entre outras. Do magistério de Graduação galguei ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Cursos de Mestrado e Doutorado; primeiramente na temática da Saúde Pública e do Direito Sanitário. E de 2005 em diante, nas fontes latinas do direito romano. Foi ali que estuei meu coração nos largos da vida e do mundo. Equacionei-me. Deixei de apenas decorar o que outros diziam e passei a construir o meu legado, a andar com as próprias pernas, como referiu R. Von Ihering em *O espírito do direito romano*.

Casei-me com a Irlete, mulher da minha vida e de todas as minhas realizações, em 1977; temos as três filhas Rachel, Luciana e Carolina, pessoas em tudo adoráveis. Vieram os genros Gilberto e Lucas, e a doçura sublime do neto Heitor. E assim completo, pude iniciar a minha obra, ainda incompleta nesta noite, em que agradeço o sacrifício dos meus pais João e Cenira e dos meus professores ao longo da vida.

Meus pais morreram em Nonoai em dezembro de 2000, com poucas horas de diferença, e Paschoal Apóstolo em maio de 2003, ano em que, um mês depois, acrescentei ao meu coração o primeiro *stent*. Em 1991 publiquei *História da colonização de Maravilha*. Em 2011, um livro jurídico fundamental: *Propriedade & função social na pós-modernidade*; e em 2017, em poesia: *A*

tragédia de Mário Castelhana: canto um, Severina. Em 2013 publiquei *Digesto de Justiniano livro segundo: jurisdição*, obra bilíngue latim-português, a primeira tradução das fontes romanas da jurisdição, em toda a história da língua portuguesa.

Com estes trabalhos eu prestigiava temáticas de Maravilha e de Nonoai, e no plano jurídico *rompia* com a dogmática jurídica tradicional. O estudo das fontes romanas, no original latino da codificação justinianeia, forneceu-me a chave de abrir o paradigma das repúblicas representativas modernas, com seu direito estatal, e suas limitações. Neste particular, o meu desafio de resto de vida será com certeza criar um método capaz de plasmar a especificidade jurídica em parâmetros de direito universal como *perpetua voluntas suum cuique tribuere*ⁱⁱⁱ.

Dou um passo atrás neste relato, por questão de justiça. Quem me forneceu a pedra angular da construção, assim no terreno inculto, nos trabalhos de escavação do peito e do coração atônito, foi o Padre redentorista Marino Plentz (1917-1973), hoje nome de Rua em Aparecida do Norte/SP. No Seminário em Passo Fundo, a pedido, ele examinou minha letra. Com outras palavras, ele disse que eu poderia ir ao âmago das coisas, mas com ideação lenta. Esta frase seria a chave da perseverança em minhas incertezas.

De mim era o que tinha a dizer. Passo a falar de Gustavo de Lacerda (1854-1909) meu Patrono na Cadeira nº 14. Nascido na Província de Santa Catarina, negro e pobre, recebeu boa formação, e contra a corrente tentou mover montanhas; aparentemente foi abortado, não no ventre, mas adulto, no fim das forças no Rio de Janeiro. Viera ao mundo no tempo da escravidão de africanos no Brasil; e a abolição pouco lhe valera

diante da mentalidade escravocrata que ainda remanesce no espírito da nação. Apesar de tudo, Gustavo de Lacerda venceu e foi um gênio no sentido que refere Frederico Nietzsche.

Como os mártires das igrejas, ele pertence à categoria daquelas pessoas que vencem capitalizando derrotas e morte prematura. Foi como o artista plástico, o gênio que transforma em arte e vitória insólitos materiais descartados pelo preconceito. Gustavo ressignificou aspectos e valores, ele vislumbrou o futuro, graças ao espírito humano superior que o animava, acima do tempo, da época e da exclusão social.

Dizem dele os registros do Exército brasileiro: *filho de pais incógnitos, natural da Província de Santa Catarina, nasceu em mil oitocentos e cinquenta e quatro, cor parda, cabelos crespos, olhos pardos, solteiro, sem ofício, com cinquenta e cinco polegadas de altura.* A idade era menos para ser correto, uma vez que a aumentara para poder alistar-se.

No Exército desde 08 de março de 1870, primeiro na terra natal e depois no Rio de Janeiro, alternou, em 11 anos, bem-estar e vicissitudes, até ser desligado em 10 de agosto de 1881, no posto de Segundo Sargento. Na caserna realizou cursos e viagens, que lhe valeram grande crescimento pessoal, além de soldos e simpatias; mas na parte dos mistérios dolorosos, acumulou um rosário interminável de punições e castigos, graças a sua devoção aos simples, aos párias, aos desvalidos, aos amigos e aos fracos, aos quais nunca dispensou tratamento de inferior. Protegia-os do rigor da lei, expunha-se e era punido.

Muito bem-quisto por sua pureza de alma e solidariedade, isso talvez lhe tivesse salvado da exclusão militar. Foi desligado

do Exército, em verdade, por tentar divulgar conhecimentos socialistas entre os colegas. E assim, inapelavelmente descartado, não se deu por vencido e foi para o jornalismo. Em 1884 despontou brilhantemente na Corte, como fundador do jornal *Meio Dia*; conduzia uma plêiade invejável de colaboradores, como Aluísio de Azevedo, Saldanha da Gama, Ubaldino do Amaral e outros, entre os quais cinco imortais da Academia Brasileira de Letras: Raimundo Correia, Felinto de Almeida, Valentim Magalhães, Artur de Azevedo e Luís Murat.

Viveu momentos de glória e muito trabalho. Escrevia com maestria, o estilo belicoso e irreverente. Mas as suas ideias políticas nada convencionais foram provocando uma debandada nos colaboradores. Às voltas com problemas financeiros, mesmo assim a sua pena não poupava ninguém. Contra a monarquia atacava também os republicanos; a favor da abolição, também criticava os abolicionistas; oriundo da caserna desancava o Ministro e o Ministério da Guerra.

O jornal faliu, fechou e legou-lhe uma legião de *credores obstinados*. Passou a viver de bicos como jornalista, revisor, professor, tradutor de francês para os colegas, e quando se empregou em *O Paiz* do português João de Souza Lage, como repórter de setor, foi explorado com salário de fome.

Nos albores do século XX, um jornal da envergadura de *O Meio Dia* era desafio para empresários e não idealistas como ele. Hipólito José da Costa, por exemplo, mantivera o pioneiro *Correio Braziliense* (1808-1822), impresso em Londres, graças a um pacto secreto de apoio financeiro com a Coroa Portuguesa. Gustavo de Lacerda preferia manter o *Meio Dia* com

independência e autonomia no ideal de imprensa livre. Pagou o preço.

Mas o seu problema eram mesmo as ideias e as iniciativas audaciosas demais para o seu tempo: fundação do Partido Socialista Coletivista, no que não encontrou receptividade; construção da Casa do Jornalista, no que não obteve apoio suficiente; e a criação da Associação de Imprensa, o que levaria a cabo, esta sim, em 07 de abril de 1908, a qual vingaria como Associação Brasileira de Imprensa – ABI, contando mais tarde com a simpatia e o apoio de Getúlio Vargas.

A Associação de Imprensa foi pensada como uma agremiação voltada à defesa dos interesses e da liberdade dos jornalistas sem distinção de categoria. Encomendou modelos de estatutos da Europa, trazidos pelo amigo (e futuro presidente da entidade) Dunshee de Abranches; eram materiais da Associação Sindical Profissional dos Jornalistas Republicanos Franceses; da Associação dos Jornalistas Parisienses; da Associação Sindical de Imprensa Estrangeira em França, o que serviu de base e definições para a Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

Em seu ativismo junto aos movimentos operários da República, produziu textos e um Programa pioneiro de reivindicações em torno de: reforma agrária, limitação de jornada de trabalho, saúde do trabalhador, gratuidade de justiça, enfim, temas hoje estampados na CRFB/1988.

Aos cinquenta anos era um homem debilitado e enfermo. Um dia caiu na redação de *O Paiz* e rolou pelas escadas. Internado na Casa de Misericórdia como indigente morreu por desnutrição, em 4/9/1909. A certidão de óbito, diferentemente,

atestou arteriosclerose, e até mentiu quanto à cor do morto, dizendo que era branco. O jornal *O Paiz* noticiou o fato, afirmando que Gustavo de Lacerda estivera em quarto particular nos últimos momentos; e que às exéquias haviam comparecido grandes autoridades.

Na verdade, a coroa de flores que recebeu em sua hospitalidade mortuária foi da Associação de Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, do Rio de Janeiro, em defesa dos quais, Gustavo sofrera um atentado, tempos antes.

Voltando à certidão do Exército, ela é quase um epitáfio a uma vida de perdas: os pais, incógnitos; o nome encolhera de Gustavo Adolpho Fraga para Gustavo de Lacerda; excluído da caserna, falido e com salário de fome, foi expulso de casa pela cunhada, que em acesso de fúria rasgou seus livros e os originais que mantinha, jogando tudo aos pedaços pela janela; a companheira, uma mulher francesa, e o filho, sumiram no mundo e mergulharam no anonimato; a rua onde morou e tinha placa municipal com seu nome, foi destruída pelas máquinas públicas, juntamente com as casas, em obra de reurbanização, e assim, sumiu do mapa.

Este é o imortal Patrono da Cadeira nº 14. Valorizado não só por ter fundado o embrião da Associação Brasileira de Imprensa, e primeiro presidente. E sim por sua genialidade, ideias avançadas, jornalismo combativo, inteligência superior, coerência e grandeza de alma. Disse na Poética, Aristóteles, que a tragédia é *imitação daqueles que são melhores do que nós*. Gustavo de Lacerda, o desvalido, foi amigo da humanidade, símbolo da liberdade de expressão e do jornalismo de combate; escreveu com graça, descortino e coragem, e o fim trágico de sua

peessoa causa-nos *horror e compaixão*, como diria Aristóteles. E nisso Gustavo de Lacerda é digno não de pena mas de louvor!

A sua presença entre os Patronos desta Academia é das mais merecidas homenagens, haja vista, ademais, que a sua condição é muito parecida com a da Cultura, em geral maltratada, vista com desconfiança, obrigada a refugiar-se, muitas vezes, nas Academias de Letras, elas tão simples e espartanas, tão majestosas e instigantes quanto o Cometa de Halley.

Esta Academia sempre se destacou pelo pioneirismo e a sensibilidade. A escolha, nos primórdios, de Gustavo de Lacerda Patrono da Cadeira 14, e das mulheres Delminda Silveira de Souza e Maura de Senna Pereira como fundadoras das Cadeiras 10 e 38, é uma prova disso, o que nos obriga a render glória e reverências a José Arthur Boiteux e aos cofundadores de 1920.

Quanto a Gustavo de Lacerda, cumpre acrescentar, finalmente, que os registros biográficos são muito escassos, e só pude amearhar essas parcas linhas graças ao zeloso Ex-Presidente Paschoal Apóstolo Pítsica, que deixou na pasta da cadeira 14, com anotações de próprio punho os elementos indispensáveis a este breve panegírico. Das quarenta cadeiras, a de nº 14 foi preenchida em último lugar; quando o Presidente Nereu Corrêa baixou Edital e ofereceu-a em 1º de novembro de 1966, dia de Todos os Santos e véspera de Finados.

Quem se inscreveu? Um jovem de 31 anos, jornalista do matutino *A Gazeta* (de Florianópolis), correspondente da *Folha de São Paulo*, Advogado militante, professor assistente de Direito Processual Civil na Universidade Federal de Santa Catarina,

nascido em Lages em 11 de maio de 1935, formado pela antiga Faculdade de Direito de José Boiteux em 1961: era **Carlos Alberto Silveira Lenzi**, filho de Osvaldo e Maria de Lourdes da Silveira Lenzi; marido de Zuleika Wolowski Mussi, e pai de Adriana. Agradeço à família, esposa e filha, as ricas informações que forneceram a respeito da sua eminente figura.

Tive a honra de conviver com Silveira Lenzi desde 1974 como advogado junto à OAB/SC; depois como Professor na UFSC desde 1990; como consócio do IHGSC desde 1992, até o seu falecimento em 2014. Os romanos diziam *virilis* o que é digno de um homem, em qualquer espaço da vida: na casa, na arte militar, nas dificuldades e no exercício de função pública. À *virilitas* correspondia a *venustas*, como substantivo que designava as qualidades de excelência da mulher, à imagem de Vênus em inteligência, tino, elegância e beleza.

Identifico os predicados da *venustas* nas acadêmicas deste Sodalício; e a *virilitas* em Carlos Alberto Silveira Lenzi, desde os primeiros estudos em Lages e o complemento em Curitiba; do jornalismo corajoso e a advocacia valente; do magistério com descortino e da magistratura com independência. Não era homem de meias palavras, sempre firme e presente, nunca submisso. No período militar sustentou suas convicções, sofreu e não reclamou.

A firmeza e o senso de responsabilidade valeram-lhe a conquista dos cargos mais cobiçados por um advogado na época: Conselheiro e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de SC (1983-1985); Presidente do Instituto dos Advogados de Santa Catarina (1992); Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral (1994); Juiz da Corte Arbitral do Mercosul (1993); e

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 1997, cargo em que se aposentaria em 2005.

Jornalista foi Diretor da Imprensa Oficial do Estado; criador e Diretor da Imprensa Universitária da UFSC. Como Professor de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina deixou vasto legado em ensino, pesquisa e extensão, desde 1965, como atestam seus alunos, seus livros e demais escritos, conferências, palavras e obras. Teve relevante papel em 1993, quando da criação pioneira no País de uma Unidade Jurisdicional no campus universitário, junto ao Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, discursando no lançamento da pedra fundamental do *Fórum Desembargador José Arthur Boiteux*, em 09 de julho daquele ano de 1993.

Ao ser empossado Desembargador disse: *este é o momento, Senhor Presidente, para dizer que o homem não chega ao seu destino solitariamente. O homem atinge os seus desideratos através da solidariedade e da competência.* Chegava, ali, ao cimo de tudo que sonhara na caminhada profissional, desde os tempos de oficial de gabinete da Secretaria do Interior e Justiça, no Governo Celso Ramos. O que o animava, na carreira e como escritor, era a alma telúrica de sua terra lageana e o orgulho dos ancestrais.

Lages forneceu-lhe desde a infância, aquelas *frequências irrecuperáveis que foram/ a precisão e a amizade do mundo para ele*, para usar as palavras de Borges. Era a Lages dos fazendeiros, centro oligárquico do poder político em Santa Catarina, desde o ocaso de Hercílio Luz, final dos anos Vinte, inícios de Getúlio Vargas, com Nereu e Aristiliano Ramos.

Quem examina a sua obra percebe que ele falava *ex corde* e como lageano, sendo catarinense e tendo alma brasileira. Alma que veio de Holanda e Portugal como Silveira; e na feição Trentina quase lageana como Lenzi, e assim amou a filha Adriana, incondicionalmente, na parceria amorosa de Zuleika.

Sua dissertação de Mestrado foi defendida em 1977 sob a orientação de Osni de Medeiros Regis, ex-prefeito e advogado em Lages, Patrono da Cadeira nº 10 da Academia Catarinense de Letras Jurídicas. Teve por título *Poder político e mudança social: estudo sobre poder político oligárquico no município de Lages-SC*. Em 1983 publicou pela Edufsc: *Partidos e políticos de Santa Catarina*, obra marcada pela vivência local, a espraiar-se pela realidade regional e nacional; que parte do surgimento dos partidos modernos em Inglaterra e Estados Unidos, e vem até o início dos anos 1980 no Brasil, com a implosão partidária de Arena e MDB.

Em 1997, Silveira Lenzi lançou *Celso Ramos: um perfil político* (Terceiro Milênio), em que revela a ligação com a família Ramos, com o PSD, sempre na raiz lageana e no tino de jornalista. Sua infância nos verdes campos *empoderados* de Lages, foi delineada no conto *Justiça feita*, na obra coletiva *Contos de Magistrados* (Garapuvu, 1998). E o apreço pela ancestralidade revela-se em *Anastácio: um dos Silveira de Souza* (IHGSC, 2011), com destaque na figura de Manfredo Leite.

Sua obra jurídica é vasta e variada: *Código do consumidor comentado* (Consulex, 1991); *O novo processo de execução no CPC* (Conceito, 2007); *Manual de comunicação: Judiciário e imprensa* (DMP, 1998); *Novos procedimentos nos tribunais* (separata da Jurisprudência Catarinense 81/82). Soma-se a isso

uma plêiade de artigos, crônicas, discursos e conferências, fruto de intensa vida intelectual dedicada ao aperfeiçoamento das letras e das instituições, para orgulho dessa Academia e da sua Cadeira nº 14, que hoje ocupo com muita honra e lealdade.

Senhor Presidente, distinta plateia. Cumpri muito honrado o dever estatutário das homenagens acadêmicas. Reitero os mais sinceros agradecimentos a este Sodalício, à família, aos amigos e às autoridades presentes. Encerro com Fernando Pessoa em ode de Ricardo Reis, pois que é assim que me sinto nesta hora inesquecível que se finda:

Sim, sei bem
Que nunca serei alguém.
Sei de sobra
Que nunca terei uma obra.
Sei, enfim,
Que nunca saberei de mim.
Sim, mas agora,
Enquanto dura esta hora,
Este luar, estes ramos,
Esta paz em que estamos,
Deixem-me me crer
O que nunca poderei ser.

Muito obrigado!

NOTAS

ⁱ Ultima Thule. Virgílio, *Geórgicas*, 1.30: *tibi serviat ultima Thule*. A imagem decorre do fato de que na Antiguidade Tule era a terra mais longínqua, por antonomásia, ou seja, confins do mundo à margem do desconhecido. Ver tb. *TOSI, Renzo. Dicionário de sentenças latinas e gregas*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 321.

ⁱⁱ RILKE, R.M. *Cartas a um jovem poeta*. Tradução de Pedro Sússekind. Porto Alegre: L&pm, 2010, p. 82.

ⁱⁱⁱ *Justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o seu direito* (D.1.1.10 Ulpiano). Digesto de Justiniano: liber primus. Tradução de Hécio Maciel França Madeira. São Paulo: RT.